

**Professores: Resistência, Experiência e Vivência – A Educação no terceiro milênio.**

Harley de Araújo\*

**Resumo:** Esse artigo faz um breve balanço dos movimentos de resistência e mobilizações dos docentes juntamente com o sindicato nas décadas de 1970 e primeira metade da década de 1990, no estado de Minas Gerais. A nível nacional faz uma análise da proposta apresentada ao Congresso (final década 1990), de um Plano Decenal de Educação, no que tange à formação dos professores e valorização do magistério, momento que verificamos uma preocupação teórica com as condições de trabalho e salário a nível nacional. Passados uma década após essa proposta analisamos a avaliação da década elaborada pelo MEC, tendo como eixo específico para reflexão também a questão: formação, carreira e salário. Experiência e vivência do professorado ensino fundamental e médio e os desafios do sindicato nos dias atuais também são temas de reflexão.

**Palavra-chave:** Plano Decenal – Valorização Magistério – Sindicato

**Abstract:** This article takes a brief stock of the resistance movements and the mobilizations of the professors with the union in the 1970's and in the first half of the 1990's, in the state of Minas Gerais. In national levels, the article make an analysis of the proposal presented to the Congress (late 1990's), of a Decennial Plan of Education, in What it refers to the formation of the professors and the valuing of teaching, moment that we verify a theoretical concern with the work condition and with the wage. One decade after this proposal we analyze the evaluation of the decade elaborated by MEC, having as a specific axle for reflection is also the question: education, career and wage. Experience of elementary, junior high and high school teachers and the challenges of the union in the current days, are also subjects to think about it.

**Keywords:** Decennial plan - Valuing Teaching - Union

A preocupação com o tema Educação vem aumentando diariamente. São diversos órgãos que intensificam discursos calorosos em prol da Educação com qualidade, quais sejam: Governo Federal, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, institutos que representam entidades privadas, sociedade civil etc.

Na década de 1990 esta discussão adquiriu novo ânimo nacional com a Conferência de JOMTIEN, Tailândia; momento que diversos países, incluindo o Brasil assinaram a declaração de JOMTIEN, se comprometendo inserirem maiores investimentos na Educação com o tema “Educação para Todos”.

Digo novo ânimo, pois se analisarmos algumas décadas anteriores, verificaremos que a discussão sobre um plano nacional para Educação no Brasil data de 1962, elaborado na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases nacional (LDB), lei nº. 4024 de 1961. Mas esse

---

\* Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisa financiada pela CAPES no período de 03/2006 a 02/2007

plano que tinha um prazo de alcance de oito anos não foi transformado em projeto de Lei, no entanto ficou “apenas no papel”. A discussão se arrastou até 1965 quando há uma revisão, mas nada de substancial aconteceu. A revisão acontece por mais duas vezes, em 1966 e 1967 e novamente o plano é engavetado.

Mas apesar da apatia que se encontravam as discussões a nível nacional, os professores da rede estadual de ensino em Minas Gerais, reunindo professores da Capital e de cidades interioranas, incluindo a cidade de Uberlândia, indignados com as condições de trabalho e a desvalorização da profissão, começaram a se organizarem. Os trabalhadores em Educação se mobilizaram e conseguiram fundar o Sind-UTE que se originou da União dos trabalhadores do ensino – UTE.

Mesmo numa época que a repressão do governo federal se fazia presente, o sindicato realiza o primeiro congresso em 1979 e no mesmo ano a primeira greve, a fim de congregar a categoria de todos trabalhadores que estavam envolvidos de alguma forma com a Educação. A repressão foi violenta, o governo recebeu os manifestantes com jatos d’água, gás lacrimogêneo, cães e cassetes. Mas os educadores conseguiram algumas conquistas:

*Equiparação dos vencimentos dos professores aos dos outros funcionários do quadro permanente do Estado, nos mesmos níveis de escolaridade, equiparação semelhante para os inativos, não desconto dos dias parados e não punição para os grevistas; dois reajustes salariais por ano e um decreto regulamentando a convocação de concursados (Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais – Sind-UTE). Disponível em: [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br) Acesso em 20 abr. 2007.*

A partir da década de 1970 até meados da década de 1990, verificamos com fontes pesquisadas no Sind-UTE que foram intensas as mobilizações e resistências no sentido de pressionar o Governo Estadual e lutar contra o desmantelamento da educação, efetivando concretamente várias conquistas no campo educacional, apesar de muito ainda de que lutar.

A nível nacional a discussão sobre um plano voltado para educação como projeto de Lei estava estagnado desde 1967, momento que se realizam quatro encontros nacionais de planejamento, mas nada é resolvido.

Somente com a Constituição Federal de 1988, cinqüenta anos depois, começa-se a pensar em um Plano Nacional de longo prazo, com força de Lei, capaz de tentar conferir estabilidade às iniciativas governamentais.

Apesar das várias conquistas efetivadas através das lutas e mobilizações dos professores nas décadas de 1970/1980, muito ainda tem que ser feito em prol da Educação.

A partir de meados dos anos de 1990 intensificam o pensamento neoliberal. A retórica do livre mercado se difunde no campo da economia, política e cultura, servindo como suporte ideológico para a globalização. E a Educação não está imune aos efeitos das políticas neoliberais.

*“O novo padrão de acumulação capitalista, a difusão dos novos processos produtivos, a revolução da ciência e da tecnologia, os novos mecanismos de poder, os novos locais de tomada de decisão, a incidência da mídia na ressignificação dos valores e dos comportamentos colocaram em questão o papel da escola” (FERREIRA; GUGLIANO, 2000: 194).*

Essa nova escola, também exige novos professores, de preferência os que estão antenados com o vocabulário utilizado no texto da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394, tais como: competitividade, vantagens comparativas, produtividade, eficiência, eficácia, gestão e controle. Esses parâmetros de desenvolvimento econômico capitalista voltados também para a Educação, atingiram os professores e suas relações de trabalho.

Analisaremos a proposta apresentada ao Congresso Nacional de um Plano de Educação, especificamente no tocante a:

*FORMAÇÃO, CARREIRA E SALÁRIO.*

*10. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO*

*10.1 Diagnóstico*

*A melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em da um dos níveis e modalidades de ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica,*

*.a formação profissional inicial;*

*.as condições de trabalho, salário e carreira;*

*.formação continuada (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> pág. 73 <acesso em 24/abr./2007>).*

O texto assume as condições precárias de trabalho e salários baixos dos professores a nível nacional, fazendo com que grande número de professores abandone o magistério. E aponta para necessidade de manter no profissional da Educação o entusiasmo inicial da carreira e a dedicação, para que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e continuidade em sua formação. Segundo o Plano de Educação apresentado ao Congresso Nacional, a valorização do magistério implica os seguintes requisitos:

*\*uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;*  
*\*um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;*  
*\*jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada de alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;*  
*\*salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;*  
*\*Compromisso social e político do magistério.*  
(<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> pág. 77 <acesso em 24/abr./2007>).

Houve uma preocupação teórica com as condições de trabalho dos professores e foram criados critérios substanciais e até eficazes para solucionar um dos problemas educacionais.

No entanto passados uma década da Conferência de JOMTIEN, e do Plano Nacional de Educação, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), apresentaram um documento elaborado por várias pessoas e órgãos ligados ao Governo, avaliando a década no tocante a Educação. O documento em geral é bem otimista quanto aos resultados, apresentando a melhoria dos indicadores educacionais. O documento é dividido em seis partes: 01 – Histórico da Conferência Mundial de Educação para Todos; 2 – Desenvolvimento da Educação no Brasil na década de 1990; 3 – Balanço da implementação dos compromissos de JOMTIEN; 4 – Desafios para próxima década – a perspectiva do Governo; 5 – Desafios para a próxima década – a perspectiva da sociedade civil; 6 – Definição dos próximos passos. Não faremos uma análise e reflexão do documento como um todo, mas numa questão específica: o que de fato foi feito para melhorar as condições de trabalho e salário do professor, já que o Plano Nacional de Educação de uma década atrás, contemplou com tanta ênfase e importância essa questão? Contando com 32 autores que discorreram num total de 200 páginas os resultados do Plano Decenal de Educação, apenas 01 dos autores colocou a questão das condições de trabalho e salário dos professores de forma crítica. Sua análise se ateve ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O Plano Decenal de Educação que se caracterizou por um movimento em prol da Educação com qualidade, não traz resultados coerentes, segundo a avaliação da década, quando comparados com as propostas que colocamos acima e foi apresentada ao Congresso. Francisco das Chagas Fernandes, secretário de assuntos internacionais da Confederação Nacional de trabalhadores em Educação (CNTE), discorre sobre o que precisa ser feito em relação a essa problemática. Segundo ele são três questões básicas: formação, carreira e salário.

O de formação “é menos grave porque fizemos uma pesquisa e apenas 8% dos professores não têm formação”

([http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes\\_inst/avaliacao.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf) pág. 171). Mas o problema da carreira e salário, assunto que foi contemplado teoricamente no Plano Decenal, na prática não foi efetivado, ou nos municípios que foram, não modificaram a situação de trabalho e salário do professor de forma substancial.

*Carreira é uma situação complicada. Nos Estados brasileiros, até existe alguma carreira para o magistério, mesmo com problemas muito sérios. Nos municípios, a situação é crítica. Planos de carreira, feitos sem qualquer discussão, são vendidos a preços por R\$ 8 mil, variando de acordo com a região. (...)*

*A média salarial no Norte para professor com licenciatura plena é de R\$ 245. No Nordeste, é de R\$ 225; no Sudeste, R\$ 375; no Centro-Oeste, R\$ 317; no Sul, R\$ 320. São médias salariais por região para professores formados em licenciatura plena, respeitando as carreiras que existem em alguns locais.* ([http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes\\_inst/avaliacao.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf) pág. 172)

Esses problemas que não foram resolvidos com o Plano Decenal de Educação, acarretam outras questões que não são de menor gravidade.

Na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, verificamos que a maioria dos professores estão com carga horária extremamente elevada. Devido aos baixos salários e sem condições de manterem o mínimo no orçamento doméstico, os docentes se vem obrigados a trabalharem dois turnos para complementarem renda.

As condições de trabalho também ainda é insatisfatório: principalmente no ensino médio da rede estadual de ensino, a maioria das escolas, as salas estão com número excessivo de alunos. Material de informática como apoio pedagógico e de inclusão digital tão apregoado pelas políticas educacionais ainda é uma realidade muito distante, principalmente das escolas situadas nas periferias na cidade.

Essas condições de trabalho criam problemas graves, tanto para docentes como para a sociedade como um todo. Nos professores o *stress* gerado pela carga horária elevada e a sala de aula lotada que o impede de realizar um trabalho satisfatório, levando-o a depressão, e a insatisfação profissional. Outras doenças já foram diagnosticadas. Segundo Francisco das Chagas Fernandes: “Cerca de 48% dos professores brasileiros estão com síndrome de *Burmout*<sup>1</sup> Isso significa que já desistiram de dar aula, mais ainda vão para escola todos os dias” ([http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes\\_inst/avaliacao.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf) pág. 172).

<sup>1</sup> Burnout, síndrome estudada a partir de 1970 nos EUA, significa, em português, algo como ‘perder o fogo’ ou ‘perder a energia’. É uma síndrome em que o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Envolve três componentes? Despersonalização, exaustão emocional e falta de realização pessoal no trabalho. ([www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br))

À sociedade fica negada o direito na prática de uma Educação com qualidade. Uma qualidade que garanta ao aluno a “educação pública com direito social e como conquista democrática associada às lutas no processo social de construção da cidadania” (FERREIRA; GUGLIANO, 2000:194), e não a qualidade de ensino ligado às idéias neoliberais que estão voltadas à quantidade, que quanto mais números de alunos matriculados, tentando forjar um aluno ligado às leis de mercado e fora de sua realidade social, melhor para a economia globalizada. Os estrategistas de escrivania em Educação querem aumentar o número de alunos matriculados, mas sem no entanto, investirem na construção de mais escolas, contribuindo para falência da educação pública com qualidade.

Toda essa conjuntura, os novos padrões de acumulação de capital que vem acompanhados de conceitos e práticas que dão formas às novas relações econômicas, política e social que transformam o discurso do antigo liberalismo, afetaram de forma violenta as práticas educacionais. Essas situações interferem na correlação de forças entre movimento sindical e o Governo, que de certa forma também contribuiu para o esvaziamento do sindicato e o desmantelamento das organizações dos docentes, principalmente a nível Estadual e Municipal. Vários fatores colaboram para intensificar essa questão. O docente na cidade de Uberlândia, Estado de Minas gerais, (ensino fundamental e médio), geralmente com três jornadas de trabalho não encontra forças para se mobilizar, talvez seja uma das causas das assembleias sindicalistas não contarem com um número expressivo de professores. O pouco tempo que lhes restam, no mínimo vão dedicar à família e aos cuidados domésticos. Lazer, cultura já não fazem parte da agenda do professorado do ensino fundamental e médio. E já não conseguem investirem em sua formação continuada.

O sistema educacional quando trata de forma diferente contratados e professores concursados efetivos, seja nos direitos trabalhistas que cada um tem, seja pela diferença salarial, ajudam a intensificar a fragmentação da categoria. O interessante é que no momento do diálogo com muitos professores concursados efetivos, eles apresentam concordância com tal situação e se colocam a favor dessa prática do sistema educacional<sup>2</sup> por se tratar de privilégio que ele não pode perder. Outro fator é que o educador a maioria das vezes não conta com uma poupança ou outro meio de conseguir renda e diante de uma greve prolongada e a pressão do Governo em ‘cortar’ salários, muitos optam por não participar do movimento, pensando nas dificuldades econômicas que privarão suas famílias das necessidades mais básicas, a alimentação, por exemplo. E para os contratados o medo da rescisão do contratado.

---

<sup>2</sup> Pesquisa de campo do trabalho de doutorado – UFU – início ano 2006.

Esses são um dos grandes desafios do Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Diferentemente da década de 1970/1980, momento em que as grandes mobilizações da categoria, as greves sindicais tiveram papel preponderante como símbolo de coragem e disposição dos professores para o enfrentamento das questões pertinentes ao processo de trabalho, aos direitos sociais e políticos, à sua participação efetiva como interlocutor importante no cenário político do país, e como expressão de força da sua organização, marcaram efetivamente a importância do sindicato na prática diária dos professores.

Na segunda metade da década de 1990, até os dias atuais verificamos certo ceticismo e abandono da maioria dos docentes frente à luta sindical, situação que piora as condições de trabalho, a desvalorização do magistério e o aniquilamento salarial, pois não estamos conseguindo utilizar essa instituição histórica como instrumento de luta e conquista, seja pela pressão de órgãos governamentais, pela fragmentação da categoria imposta pelo sistema educacional que permite coexistir profissionais com a mesma carga horária, mas com direitos e salários diferenciados, seja pelas condições de trabalho que impede o trabalhador em educação de participar de reuniões e assembleias sindicais.

Esses são os desafios do sindicato em educação nos dias atuais, além de lutar contra a baixa remuneração docente e as condições de trabalho, impedir que professores sejam avaliados segundo os parâmetros das políticas neoliberais como competitividade, eficiência, produtividade, contribuindo para formação de um sistema educacional mecânico, que impede que educadores exerçam sua profissão de forma criadora, estimulando a criatividade e ideais nos jovens, que principalmente nessa etapa da vida, não se mobilizam somente por razões econômicas. A Educação não pode ser algo mensurável para o mercado globalizado, onde a desigualdade é dado como algo positivo. A formação é para o exercício da cidadania plena, contribuindo para que o aluno constantemente saiba dialogar e refletir sobre o meio em que vive, lute e tenha condições de buscar alternativas de mudanças com o objetivo de melhorar realmente suas condições de vida. Nesse sentido a Educação voltada para aplicação de políticas neoliberais prejudica tanto professores como a sociedade em geral. Por isso não devemos nos abster de juntos, sindicatos, professores, alunos e sociedade de aceitar o desafio de recuperar o prestígio que a Educação realmente merece.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Inep (Org.). **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Disponível em: <[www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes\\_inst/avaliacao.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2007.

BRASIL. Mec (Org.). **Portal MEC**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Org.). **FRAGMENTOS DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: Uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 263 p.

SINDICATO (Minas Gerais) (Org.). **Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais**. Disponível em: <[www.sindutemg.gov.br](http://www.sindutemg.gov.br)>. Acesso em: 20 abr. 2007.